



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 180/2021 - DEMLURB PROCESSO ELETRÔNICO nº 7.911/2021

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando **a locação de 03 (três) caminhões trucados**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 14.350/2021 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 17h do dia 20/08/2021, às 8h50 do dia 02/09/2021;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h do dia 02/09/2021**, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas, pelo endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/2021/index.php ou através do Portal de Compras Públicas: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187/8492.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 180/2021 - DEMLURB PROCESSO ELETRÔNICO nº 7.911/2021

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo modo de disputa aberto, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 14.168,2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 14.350/2021 e demais legislações aplicáveis.

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando **a locação de 03 (três) caminhões trucados**, conforme condições descritas nos Anexos deste Edital.

1.2. Especificação do objeto:

1.2.1. Caminhão Trucado com quatro eixos; máximo 5 (cinco) anos de uso; potência mínima 270 cv; capacidade da caçamba 16 m³; peso bruto total legal de 29.000kg e peso bruto total técnico de 32.400 kg; distância entre eixos direcionais 2.220 mm; distância entre eixos traseiros 1.370 mm.

1.2.2. A operação do caminhão será realizada diariamente em turno a ser definido, devendo ser garantido um desempenho estimado em 6.000km/mês, conforme padrão de qualidade definido pelo DEMLURB.

1.2.3. Ser responsável por todas as despesas de transporte entre a empresa e o local de apresentação dos veículos, lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e pneus e demais elementos e insumos necessários à prestação do serviço.

1.2.4. Garantir que os veículos possuam seguros, inclusive contra terceiros, resgate de veículos avariados em via pública, nas quantidades, modelos e características definidas neste Termo de Referência.

1.2.5. A LICITANTE VENCEDORA, quando da ocorrência de algum sinistro, seja defeito mecânico, pneu furado ou outro qualquer que impossibilite a sua operação, deverá no prazo máximo de 02 (duas) horas, solucionar o problema ou disponibilizar outro caminhão para dar prosseguimento ao serviço que será executado.

1.2.6. Ficam excluídos da referida especificação o fornecimento de combustível, a lavagem e guarda do referido caminhão.

1.3. Sujeição às Normas Técnicas:

1.3.1. Os caminhões deverão atender aos limites padrão de controle ambiental quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância às normas específicas aplicáveis (municipais, estaduais e federais), sob pena de imediata substituição dos mesmos e sem prejuízo das penalidades pertinentes.

1.4. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

1.5. Integra este Edital, como se nele estivesse transcrito o Termo de Referência - Anexo I, assim como todas as especificações neste contidas.

II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº 1.15.452.0005.22470000.

III - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. É vedada a participação de interessados:

4.1.1. que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.2. que se encontrem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

4.1.3. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.6. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.7. que estejam reunidas em consórcio;

Nota Explicativa: O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).



V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** Valor unitário e total do item;
- 6.1.2.** Marca, quando for o caso;
- 6.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.1.4.** E-mail para fins de comunicação com o proponente.
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.2.1.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.2.2.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.2.3.** O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.
- 6.2.4.** Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.



VII – DA HABILITAÇÃO

7.1. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

7.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

7.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

7.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.4. Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo VI**:

7.2.4.1. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

7.2.4.2. Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

7.2.4.3. Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

7.2.4.4. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

7.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

7.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo V**.

7.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo IV**.

7.2.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

7.2.8. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

7.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

7.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

7.3.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

7.3.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

7.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

7.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.3.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.3.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

7.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

7.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

7.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

7.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem **7.4.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

7.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante o seguinte indicador:

Índice de Solvência Geral (SG) expressado da forma seguinte:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

$$SG \dots\dots\dots \text{maior ou igual a } 1(\text{um})$$

7.4.2.1. O item **7.4.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

7.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

7.4.3.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

7.4.3.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

7.6. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

7.7. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.8. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

7.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

7.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

7.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

7.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



- 8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.
- 8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5.1.** O julgamento das propostas será feito pelo **menor valor mensal** de acordo com o especificado no **Anexo I**.
- 8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.
- 8.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- 8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.19.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.20.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.21.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.22.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.23.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 8.23.1.** no país;
- 8.23.2.** por empresas brasileiras;
- 8.23.3.** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.23.4.** por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.24.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 8.25.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.25.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subseqüente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.25.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.25.3.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subseqüente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.26.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

XI – DO RECURSO

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

XIII - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

13.1.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame.

13.2. Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário o contrato, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido via postal, sob



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente junto a Unidade Gestora demandante do contrato para assinatura.

13.2.1. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do contrato encaminhado para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

13.3. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

XIV - DO CONTRATO

14.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

14.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

14.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

14.4. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada, após verificação da real necessidade e com vantagens para a Administração Pública na continuidade do mesmo e caso não ocorram no primeiro período de contrato, penalidades ou registros que demonstrem a incapacidade de atendimento, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

14.5. Poderá ocorrer o reajuste do valor contratual, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta de preços, com base no IPCA/IBGE, conforme disposições do art.2º, §2º, do Decreto Municipal nº 8.542 de 09 de Maio de 2005.

14.6. Será admitida a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do preço ajustado, com observância do disposto no art.65, II, “d” da Lei 8.666/93, ocasião em que a LICITANTE VENCEDORA deverá apresentar requerimento acompanhado de documentos comprobatórios da ocorrência de álea econômica extraordinária.

XV - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Observado o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 a fiscalização é realizada pelo DEMLURB.

15.1.1. A fiscalização sobre o cumprimento do objeto contratado será efetuada pelo Supervisor de Transportes da Administração do DEMLURB, sob a coordenação/gestão do Gerente de Gestão e Planejamento de Limpeza Pública, aplicando as penalidades previstas, quando não atendidas as respectivas disposições contratuais.

15.2. A comunicação entre o DEMLURB e a contratada deverá ocorrer sempre por meio escrito, exceto aquelas caracterizadas como de rotina. Na hipótese de a contratada se negar a passar recibo das comunicações a ela feita, serão essas consideradas entregues para todos os efeitos legais.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

15.3. Constatada a regular prestação dos serviços que são objeto do presente contrato, cabe à Fiscalização do DEMLURB atestar a sua satisfatória execução.

15.4. A contratada ficará obrigada em permitir a fiscalização do DEMLURB ter acesso às anotações relativas aos veículos, fornecendo, quando solicitado, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

15.5. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne ao objeto contratado, à sua execução e às suas consequências perante o DEMLURB ou perante terceiros. A ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará em corresponsabilidade do DEMLURB ou de seus prepostos.

XVI - DO PRAZO E DO RECEBIMENTO

16.1. O prazo para a apresentação dos veículos será de, no máximo, 20 (vinte) dias, a partir da assinatura do Contrato.

16.2. Os veículos deverão ser apresentados no seguinte endereço: Avenida Francisco Valadares, número 1.000 - Vila Ideal - CEP 36.020-420 - Tel.: (32) 3690-3501 / 3502, Juiz de Fora – MG, ou em outro local dentro do município de Juiz de Fora, a ser determinado pelo DEMLURB.

16.2.1. Os caminhões deverão ser mantidos à disposição do DEMLURB durante todo o período contratual em estrita observância aos padrões por ele especificados, com destaque para os seus aspectos operacionais, de segurança, ambientais e visuais.

16.3. Recebimento do objeto:

16.3.1. O DEMLURB atestará mediante vistoria realizada imediatamente a entrega do objeto, uma vez atestada que todos os requisitos estão de acordo com o objeto entregue juntamente com o documento fiscal correspondente e a prestação dos serviços nas condições exigidas, sucede a liberação dos pagamentos à LICITANTE VENCEDORA.

16.3.2. O recebimento definitivo do objeto, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

16.3.3. Os caminhões devem ser apresentados e mantidos à disposição do DEMLURB durante todo o período contratual em estrita observância aos padrões por ele especificados, com destaque para os seus aspectos operacionais, de segurança, ambientais e visuais.

16.4. A contratada ficará obrigada a regularizar o serviço objeto deste instrumento que venha a ser recusado, por não atender as especificações contidas no contrato, sem que isso acarrete qualquer ônus para o DEMLURB ou a releve das sanções previstas na legislação vigente.

XVII - DAS OBRIGAÇÕES

17.1. Obrigações da Contratada:

17.1.1. Executar o objeto deste instrumento nas especificações exigidas pelo DEMLURB, no preço, prazo e forma estipulados na proposta e no edital.

17.1.2. Fornecer os caminhões compatíveis com as necessidades do DEMLURB, conforme especificado neste edital, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, após a assinatura do Contrato.

17.1.3. Apresentar obrigatoriamente, quando da “Vistoria Técnica”, o plano de manutenção e conservação dos caminhões a serem utilizados na execução do Contrato, inclusive procedimentos de socorro mecânico externo, plano de ação para imediata reposição de veículos paralisados na operação em função de defeito e planos de ações preventivas para evitar eventuais quebras.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.1.4. Manter os caminhões em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos, equipamentos de segurança e proteção exigidos pela legislação, garantindo o seu perfeito funcionamento, com a promoção dos reparos que se fizerem necessários à sua manutenção, sem interrupção da locação.

17.1.5. Priorizar a manutenção preventiva e corretiva dos caminhões, os quais deverão se apresentar em perfeito estado. A manutenção preventiva deve seguir rigorosamente o previsto nos manuais dos fabricantes, com obediência aos períodos para substituição de pneus desgastados, peças materiais e componentes de reposição, visando evitar ao máximo procedimentos de manutenção corretiva oriundos da extrapolação do prazo indicado para as revisões.

17.1.6. Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, serviços de borracharia (substituição de pneus e/ou rodas com pneus, ocasionados por furos ou rasgos nos pneus dos caminhões), lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e demais insumos necessários aos serviços, nas quantidades, modelos e características apropriados.

17.1.7. Revisar periodicamente, os itens de segurança dos caminhões, de forma que sejam garantidos a segurança dos motoristas, dos operadores e de terceiros.

17.1.8. Disponibilizar durante 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábado, domingo e feriados, se for o caso, atendimento para sinistros, serviços de guincho, borracharia e eventual substituição de caminhão.

17.1.9. Substituir às suas expensas o caminhão, por outro de semelhantes características, pintados e adesivados nas cores padronizadas do DEMLURB, em caso de sinistro, problemas mecânicos e/ou avarias que possam vir a ocorrer durante a execução do Contrato.

17.1.10. A Substituição a que se refere o subitem anterior deverá ser efetivada no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir do recebimento da comunicação expedida pela Diretoria Operacional do DEMLURB.

17.1.11. Disponibilizar também no prazo máximo de 02 (duas) horas, serviços de guincho para recolhimento do veículo acidentado ou com defeito mecânico.

17.1.12. Conservar o caminhão em perfeitas condições de funcionamento, sendo obrigatória à execução de nova pintura ou novo adesivo, quando for o caso, a critério do DEMLURB e no mesmo padrão, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da solicitação.

17.1.13. Indicar funcionário capacitado para gerenciar os veículos locados, objetivando o acompanhamento da execução, em especial, as atividades de manutenção preventiva e corretiva, licenciamento e sinistros.

17.1.14. Comunicar imediatamente e por escrito todos os sinistros ocorridos, para o devido registro no Setor de Transporte do DEMLURB.

17.1.15. Comunicar ao Setor de Transporte do DEMLURB as revisões preventivas e corretivas, serviços de borracharia e outras necessidades à manutenção dos caminhões, que correrão integralmente por conta da LICITANTE VENCEDORA, para acompanhamento da execução do contrato.

17.1.16. Não substituir, nem fornecer os caminhões, por solicitação de terceiros, sem a prévia autorização do DEMLURB.

17.1.17. Informar previamente ao DEMLURB quando se tratar de caminhões em situação de garantia e manutenção gratuita pela montadora, substituindo de pronto os mesmos.

17.1.18. Providenciar para que os caminhões sejam pintados e/ou adesivados nas cores a serem definidas pelo DEMLURB, contendo as informações de que está a serviço do Órgão Contratante.

17.1.19. Manter nesta cidade, em local próprio ou alugado, um escritório para seu preposto com espaço suficiente para ser utilizado também como garagem, para pequenos reparos, guarda de veículos reservas,



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

peças e que mais se fizerem necessários, para que sejam mantidas as qualidades e agilidade das soluções no caso de eventuais ocorrências de sinistros que impeçam o veículo de ser disponibilizado ao serviço.

17.1.20. Manter a documentação dos caminhões dentro das exigências estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito.

17.1.21. Disponibilizar os caminhões com APÓLICE DE SEGURO TOTAL (incêndio, furto e colisão), bem como contra terceiros, (cobertura física e material), responsabilizando-se a LICITANTE VENCEDORA pela franquia, inclusive contra terceiros, em caso de acidente(s), e pelas multas que eventualmente sejam aplicadas, desde que, em ambos os casos, os mesmos estiverem a serviço do DEMLURB e, comprovadamente, seu condutor tenha responsabilidade pelo fato ocorrido.

17.1.22. Acompanhar junto ao DEMLURB a quilometragem dos caminhões, para fins de programação das revisões periódicas e manutenção das garantias.

17.1.23. Disponibilizar os caminhões devidamente instalados com Tacógrafos/horímetros, realizando a manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos, bem como a troca diária dos discos, sem ônus de qualquer natureza para o DEMLURB.

17.1.24. Responder por perdas e danos que vier a causar ao DEMLURB ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

17.1.25. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, contribuições e outros que porventura venham a incidir sobre o serviço contratado.

17.1.26. Responsabilizar-se pelos encargos e despesas com salários de empregados, acidentes de que possam vir a ser vítima, quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal por seus empregados.

17.1.27. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.

17.1.28. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar ao DEMLURB ou a terceiros, durante a execução do Contrato, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do DEMLURB, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da LICITANTE VENCEDORA;
- b) medida judicial apropriada, a critério do DEMLURB.

17.1.29. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

17.1.30. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93, no inciso XIII, do art.55, sob pena de retenção dos pagamentos, sem que venha a contratante a sofrer penalidades, até que a pendência seja sanada.

17.1.31. Apresentar nota fiscal/fatura, em 03 (três) vias, correspondente aos serviços executados, contendo os custos e eventuais descontos concedidos, acompanhada de Relatório Mensal de Execução dos Serviços.

17.1.32. Substituir, de imediato e às suas expensas, os serviços que não se adequarem às especificações do presente edital.



17.1.33. Prestar ao DEMLURB toda e qualquer informação necessária à perfeita execução do Contrato.

17.1.34. A LICITANTE VENCEDORA deverá enviar o aviso de notificação de infração de trânsito, emitido pelos órgãos fiscalizadores em tempo hábil, para que o DEMLURB autue no processo de defesa e/ou ressarcimento do valor a LICITANTE VENCEDORA, caso haja improcedência do recurso administrativo.

17.1.35. Disponibilizar os caminhões equipados com GPS (*Global Positioning System*) para rastreamento via satélite em tempo real, disponibilizando seu acesso para que o DEMLURB possa efetuar o acompanhamento da frota locada, complementando a fiscalização.

17.1.35.1. O equipamento GPS (*Global Positioning System*) deverá apresentar as especificações mínimas:

Dados dos Dispositivos – Teclado a para a Entrada de Dados;

- a. Gravação de macros e memória Dataflash;
- b. Funções de execução de macros através de comando AT;
- c. Monitoramento de I/O's
- d. Configuração serial padrão – RS232;
- e. Teclado capacitivo (*CapSense*), não utiliza membranas plásticas ou carbono;
- f. Bip para identificação sonora;
- g. Stand-by, desliga backlight do display após algum tempo sem uso do teclado;
- h. Alimentação elétrica: 8Vdc a 35Vdc.

17.1.36. Disponibilizar os veículos com Sistema de Vigilância por Câmeras: os veículos deverão ser reequipados com sistemas de videomonitoramento a fim de fornecer uma solução completa de segurança móvel, de forma mais segura e eficiente, buscando otimizar o rastreamento dos veículos, possibilitando o alcance das informações referentes as localizações salvas juntamente com as imagens, tornando o gerenciamento da frota mais eficaz, trazendo benefícios como: aumento na produtividade e melhora comportamental dos funcionários, obtenção de dados importantes no caso de assaltos, acidente, depredação, má conservação do veículo, acompanhamento online dos percursos efetuados, entre outros.

17.1.36.1. O equipamento tipo DVR Veicular, deverá apresentar as especificações mínimas:

- a. Funções Gerais: Visualização e gravação de imagens em tempo real, rastreamento do veículo via GPS;
- b. Vídeo: Entrada 4 canais, Saída 2 canais, sistema de vídeo NTSC/ PAL;
- c. Áudio: Entrada 4 canais, Saída 2 canais;
- d. Rede: Ethernet Porta RJ-45 910/100; 3G HSPA/EVDO; Wi-fi 802.11 b/g/n;
- e. Armazenamento: HD/SSD Sata de 2.5" c/ tamanho de 1Tb;
- f. Interface: USB;
- g. Alimentação: Entrada Automática de 6V à 36V; Saída 12V@1A/5V@1A;
- h. Câmeras: Estrutura metálica anti-vandalismo e conexão de aviação rosqueável.

17.1.36.2. As câmeras deverão ser instaladas no interior da cabine do caminhão, conforme padrões definidos pelo DEMLURB.

17.1.37. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente edital, prévia e expressa autorização da autoridade gestora da despesa.

17.1.38. É absolutamente vedado à LICITANTE VENCEDORA a utilização de caminhões vinculados a este Contrato para a execução de serviços para terceiros. A utilização de quaisquer caminhões objeto do contrato, somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa do DEMLURB.

17.1.39. A LICITANTE VENCEDORA deverá permitir o pronto acesso da fiscalização do DEMLURB às suas instalações físicas e a todas e quaisquer fontes de informação referentes ao objeto do contrato, sempre que solicitado, e de forma imediata.



- 17.1.40.** Responsabilizar-se pelo abastecimento de aditivo químico ARLA 32 nos veículos, se necessário.
- 17.1.41.** Disponibilizar todos os caminhões dotados com dispositivo de “parametrização” da velocidade em 60km/h máximo.
- 17.1.42.** Disponibilizar todos os caminhões com alarme sonoro de marcha a ré, do tipo automático, quando do retorno em ré do equipamento, possuindo dispositivo para desligamento durante a execução dos serviços em horário noturno, se for o caso.
- 17.1.43.** Apresentar, quando os caminhões não forem de sua propriedade, o termo de compromisso de celebração de contrato “*leasing*”, contrato de aquisição entre a LICITANTE VENCEDORA e/ou o vendedor e/ou o cedente (partes envolvidas) ou Contrato de locação com terceiros, quando da assinatura do contrato com o DEMLURB, devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos, em que conste a declaração formal das partes, de que os caminhões estarão disponíveis e vinculados ao futuro Contrato, citando inclusive a quantidade de cada tipo de caminhão.
- 17.1.44.** Responsabilizar-se, integralmente, pela garantia contra defeitos e manutenção preventiva e/ou corretiva no objeto contratado, a contar da entrega definitiva, e a mesma deve dispor de um objeto reserva para uso provisório da contratante. As garantias visam resguardar a boa execução do contrato.
- 17.2. Obrigações do DEMLURB:**
- 17.2.1.** Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste instrumento.
- 17.2.2.** Designar servidor(es) autorizado(s) a emitir a ordem de início de serviço, fiscalizar o contrato e apresentar medição mensal, atestando as faturas apresentadas pela LICITANTE VENCEDORA.
- 17.2.3.** Prestar à LICITANTE VENCEDORA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.
- 17.2.4.** Remeter advertências à LICITANTE VENCEDORA, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória.
- 17.2.5.** Aplicar à LICITANTE VENCEDORA penalidades, quando for o caso.
- 17.2.6.** Notificar, por escrito, à LICITANTE VENCEDORA da aplicação de qualquer sanção.
- 17.2.7.** Efetuar o pagamento da LICITANTE VENCEDORA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.
- 17.2.8.** Fornecer combustível (óleo diesel S10) para a execução dos serviços.
- 17.2.9.** Proceder “Vistoria Técnica” nos caminhões, antes do início da efetiva prestação dos serviços, lavrando ata e relatório, respectivamente, com o registro da situação encontrada.
- 17.2.10.** Recusar a apresentação de qualquer caminhão, que não estiver em perfeitas condições quando da “Vistoria Técnica”.
- 17.2.11.** Exigir a substituição de qualquer caminhão em operação que não esteja em perfeitas condições.
- 17.2.12.** Solicitar por escrito as correções, reparos ou substituições que se fizerem necessárias para o bom andamento dos serviços.
- 17.2.13.** Elaborar folhas de medição e planilhas eletrônicas de controle contendo a totalização dos dias trabalhados, por veículo, ocorridas no período.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.2.14. Conduzir os caminhões durante a efetiva prestação dos serviços, através de motoristas do DEMLURB, devidamente habilitados e qualificados.

17.2.15. Responsabilizar-se pela guarda dos caminhões em funcionamento durante a execução do contrato.

17.2.16. Responsabilizar-se pela guarda dos caminhões locados (em funcionamento) nas dependências do Demlurb.

17.2.17. Efetuar a lavagem, higienização e lubrificação dos caminhões locados.

17.2.18. Intervir na execução do contrato, caso seja necessário, a fim de assegurar seu fiel cumprimento e na regularidade dos serviços prestados e das normas pertinentes.

17.2.19. Responsabilizar-se pela franquia, inclusive contra terceiros, em caso de acidente(s), bem como pelas multas que eventualmente sejam aplicadas, desde que, em ambos os casos, os caminhões estiverem a serviço do DEMLURB e, comprovadamente, seu condutor tenha responsabilidade pelo fato ocorrido.

XVIII – DAS PENALIDADES

18.1. Os casos de inexecução do objeto deste **Edital**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) multa do valor contratado:

b.1) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor estimado do Contrato, por ocorrência;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

b.3) 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o DEMLURB, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

18.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo DEMLURB. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela Contratada, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

18.2.1. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

18.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do item 18.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata; da aplicação da pena definida da alínea “d” caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação do ato.

18.4. O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido à autoridade gestora da despesa, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18.5. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, cujos motivos para a referida rescisão são os dispostos no art. 78 da Lei 8.666/93.

18.6. A autoridade gestora da despesa poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- c) por subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação do contratado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato, e no que for permitido, sem prévia e expressa autorização do DEMLURB;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste Contrato;
- e) mais de 02 (duas) advertências.

18.7. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, por ato unilateral e escrito, caso seja causa de rescisão prevista no art.78 c/c com o art.79 da Lei de Licitações nº 8.666/93.

18.8. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência do DEMLURB, na pessoa da autoridade competente, gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art.87, da Lei nº 8.666/93.

XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

19.1. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

19.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

19.3. O pagamento será mensal e efetuado pela Divisão de Recursos Financeiros, em até 30 (trinta) dias posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal/fatura junto à Divisão de Expediente do DEMLURB e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido pelo responsável pela fiscalização do Contrato. Será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

19.3.1. Quando da ocorrência de algum sinistro, se o problema não for solucionado ou disponibilizado outro caminhão para prosseguimento dos serviços, o dia do veículo em questão será considerado improdutivo, não ocorrendo o pagamento do mesmo na medição.

19.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de



acesso descrita no DANFE.

19.4.1. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

19.4.2. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

19.4.3. Quando ocorrer a situação prevista no item **19.4.2**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

19.4.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

19.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

19.5.1. Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

19.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

19.7. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

19.8. No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

19.9. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

19.10. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

19.10.1. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;



20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

21.1. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

21.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

21.1.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS



22.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

22.2. A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, subsecretaria** responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

22.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

22.4. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

22.5. Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

22.6. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

22.7. É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

22.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.7.2. Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

22.7.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

22.8. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.9. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

22.10. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

22.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.13. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187/8492, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

22.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF//SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

22.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

22.17. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado;

Anexo II – Minuta de Contrato.

Anexo III - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo IV - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo V - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de fato impeditivo.



PREGÃO ELETRÔNICO nº 180/2021 - DEMLURB

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

1. DO OBJETO

1.1. Definição do Objeto:

1.1.1. Constitui o objeto do presente instrumento a locação de 03 (três) caminhões trucados, conforme especificações deste Termo de Referência.

1.2. Especificação do objeto:

1.2.1. Caminhão Trucado com quatro eixos; máximo 5 (cinco) anos de uso; potência mínima 270 cv; capacidade da caçamba 16 m³; peso bruto total legal de 29.000kg e peso bruto total técnico de 32.400 kg; distância entre eixos direcionais 2.220 mm; distância entre eixos traseiros 1.370 mm.

1.2.2. A operação do caminhão será realizada diariamente em turno a ser definido, devendo ser garantido um desempenho estimado em 6.000km/mês, conforme padrão de qualidade definido pelo DEMLURB.

1.2.3. Ser responsável por todas as despesas de transporte entre a empresa e o local de apresentação dos veículos, lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e pneus e demais elementos e insumos necessários à prestação do serviço.

1.2.4. Garantir que os veículos possuam seguros, inclusive contra terceiros, resgate de veículos avariados em via pública, nas quantidades, modelos e características definidas neste Termo de Referência.

1.2.5. A LICITANTE VENCEDORA, quando da ocorrência de algum sinistro, seja defeito mecânico, pneu furado ou outro qualquer que impossibilite a sua operação, deverá no prazo máximo de 02 (duas) horas, solucionar o problema ou disponibilizar outro caminhão para dar prosseguimento ao serviço que será executado.

1.2.6. Ficam excluídos da referida especificação o fornecimento de combustível, a lavagem e guarda do referido caminhão.

1.3. Quantitativo e valor estimado:

1.3.1. As quantidades e valores estimados estão descritos em planilha anexa.

1.4. Sujeição às Normas Técnicas:

1.4.1. Os caminhões deverão atender aos limites padrão de controle ambiental quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância às normas específicas aplicáveis (municipais, estaduais e federais), sob pena de imediata substituição dos mesmos e sem prejuízo das penalidades pertinentes.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O DEMLURB tem como uma de suas metas promover a eficiência de seus serviços, através da redução de custos e tempo envolvidos na realização de suas atividades rotineiras;

2.2. Um dos reflexos causado pela falta de conscientização da população de Juiz de Fora diz respeito ao crescimento do número de pontos de descarte irregular de resíduos urbanos que causam prejuízos à população, à saúde, ao meio ambiente, buscando minimizar estes impactos o DEMLURB realiza a retirada de forma corretiva dos resíduos despejados de forma irregular, transportando os mesmos para disposição final ambientalmente correta;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.3. Com o objetivo de diminuir a quantidade de resíduos de construção civil, de volumosos e de podas descartados irregularmente em vias e locais públicos, o DEMLURB possui dois importantes pontos de recebimento destes resíduos, os Ecopontos, locais onde o cidadão poderá levar estes resíduos, para que os mesmos tenham uma disposição final ambientalmente correta;

2.4. Considerando que o recolhimento de todo o tipo de resíduo constitui serviço essencial, imprescindível à manutenção da saúde pública, o que o torna submetido à regra da continuidade. Sua interrupção, ou ainda, a sua prestação de forma descontinuada, extrapola os limites da legalidade e afronta o princípio constitucional de respeito a dignidade da pessoa humana, sendo direito do cidadão a necessidade de utilizar-se desse serviço público, indispensável à sua vida em comunidade, sendo até mesmo questão de saúde pública;

2.5. Uma das metas estabelecidas seria – como de fato vêm sendo – o desenvolvimento de ações direcionadas e efetivamente concretas no sentido de dotar a cidade de um serviço de limpeza urbana com níveis de qualidade, de forma eficiente;

2.6. A de se ressaltar que o Marco do Saneamento, Lei nº 14.026/2020, propõe metas de universalização da cobertura e efetiva prestação do serviço público de saneamento básico, é necessário prover a ação de ferramentas adequadas para o desempenho do trabalho, razão pela qual a Administração propõe, pela via da licitação, a locação de caminhões trucados, veículos estes específicos para a atividade a que se destina, na forma estabelecida pelo presente Termo de Referência;

2.7. A Locação de caminhões trucados se faz necessária para potencializar as tarefas de recolhimento destes resíduos quer seja de forma preventiva ou corretiva, tal contratação tornaria o trabalho mais eficiente e atenderia a demanda do Município;

2.8. Sendo assim, corroborando com o explicitado anteriormente e em consonância com a solicitação da Diretora Operacional, tal contratação se faz necessária para a melhoria de eficiência na realização de tais tarefas.

3. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

3.1. Qualificação Econômico-Financeira;

3.2. Certificados de Qualidade;

3.3. Regularidade Fiscal.

4. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

4.1. As exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas e sanções por inadimplemento serão aquelas previstas no edital, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente na Lei nº 8.666/1993.

4.2. O julgamento das propostas será pelo MENOR PREÇO.

4.3. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

5. DO PRAZO E DO RECEBIMENTO

5.1. O prazo para a apresentação dos veículos será de, no máximo, 20 (vinte) dias, a partir da assinatura do Contrato.

5.2. Os veículos deverão ser apresentados no seguinte endereço: Avenida Francisco Valadares, número 1.000 - Vila Ideal - CEP 36.020-420 - Tel.: (32) 3690-3501 / 3502, Juiz de Fora – MG, ou em outro local dentro do município de Juiz de Fora, a ser determinado pelo DEMLURB.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.2.1. Os caminhões deverão ser mantidos à disposição do DEMLURB durante todo o período contratual em estrita observância aos padrões por ele especificados, com destaque para os seus aspectos operacionais, de segurança, ambientais e visuais.

5.3. Recebimento do objeto:

5.3.1. O DEMLURB atestará mediante vistoria realizada imediatamente a entrega do objeto licitante, uma vez atestada que todos os requisitos estão de acordo com o objeto entregue juntamente com o documento fiscal correspondente e a prestação dos serviços nas condições exigidas, sucede a liberação dos pagamentos à LICITANTE VENCEDORA.

5.3.2. O recebimento definitivo do objeto deste Termo de Referência, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

5.3.3. Os caminhões devem ser apresentados e mantidos à disposição do DEMLURB durante todo o período contratual em estrita observância aos padrões por ele especificados, com destaque para os seus aspectos operacionais, de segurança, ambientais e visuais.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Custeio na fonte 0.1.00.6.000.000;

6.2. Dotação orçamentária: 1.15.452.0005.22470000-33.90.39.13

7. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1. Ficam definidos que a garantia contra defeitos e manutenção preventiva e/ou corretiva no objeto licitado, a contar da entrega definitiva, fica de inteira responsabilidade da empresa contratada e a mesma deve dispor de um objeto reserva para uso provisório da contratante. As garantias visam resguardar a boa execução do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Obrigações da Contratada:

9.1.1. Executar o objeto deste instrumento nas especificações exigidas pelo DEMLURB, no preço, prazo e forma estipulados na proposta e no edital.

9.1.2. Fornecer os caminhões compatíveis com as necessidades do DEMLURB, conforme especificado neste Termo de Referência, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, após a assinatura do Contrato.

9.1.3. Apresentar obrigatoriamente, quando da “Vistoria Técnica”, o plano de manutenção e conservação dos caminhões a serem utilizados na execução do Contrato, inclusive procedimentos de socorro mecânico externo, plano de ação para imediata reposição de veículos paralisados na operação em função de defeito e planos de ações preventivas para evitar eventuais quebras.

9.1.4. Manter os caminhões em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos, equipamentos de segurança e proteção exigidos pela legislação, garantindo o seu perfeito funcionamento, com a promoção dos reparos que se fizerem necessários à sua manutenção, sem interrupção da locação.

9.1.5. Priorizar a manutenção preventiva e corretiva dos caminhões, os quais deverão se apresentar em perfeito estado. A manutenção preventiva deve seguir rigorosamente o previsto nos manuais dos fabricantes, com obediência aos períodos para substituição de pneus desgastados, peças materiais e componentes de reposição, visando evitar ao máximo procedimentos de manutenção corretiva oriundos da extrapolação do prazo indicado para as revisões.

9.1.6. Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, serviços de borracharia (substituição de pneus e/ou rodas com pneus, ocasionados por furos ou rasgos nos pneus dos



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

caminhões), lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e demais insumos necessários aos serviços, nas quantidades, modelos e características apropriados.

9.1.7. Revisar periodicamente, os itens de segurança dos caminhões, de forma que sejam garantidos a segurança dos motoristas, dos operadores e de terceiros.

9.1.8. Disponibilizar durante 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábado, domingo e feriados, se for o caso, atendimento para sinistros, serviços de guincho, borracharia e eventual substituição de caminhão.

9.1.9. Substituir às suas expensas o caminhão, por outro de semelhantes características, pintados e adesivados nas cores padronizadas do DEMLURB, em caso de sinistro, problemas mecânicos e/ou avarias que possam vir a ocorrer durante a execução do Contrato.

9.1.10. A Substituição a que se refere o subitem anterior deverá ser efetivada no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir do recebimento da comunicação expedida pela Diretoria Operacional do DEMLURB.

9.1.11. Disponibilizar também no prazo máximo de 02 (duas) horas, serviços de guincho para recolhimento do veículo acidentado ou com defeito mecânico.

9.1.12. Conservar o caminhão em perfeitas condições de funcionamento, sendo obrigatória à execução de nova pintura ou novo adesivo, quando for o caso, a critério do DEMLURB e no mesmo padrão, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da solicitação.

9.1.13. Indicar funcionário capacitado para gerenciar os veículos locados, objetivando o acompanhamento da execução, em especial, as atividades de manutenção preventiva e corretiva, licenciamento e sinistros.

9.1.14. Comunicar imediatamente e por escrito todos os sinistros ocorridos, para o devido registro no Setor de Transporte do DEMLURB.

9.1.15. Comunicar ao Setor de Transporte do DEMLURB as revisões preventivas e corretivas, serviços de borracharia e outras necessidades à manutenção dos caminhões, que correrão integralmente por conta da LICITANTE VENCEDORA, para acompanhamento da execução do contrato.

9.1.16. Não substituir, nem fornecer os caminhões, por solicitação de terceiros, sem a prévia autorização do DEMLURB.

9.1.17. Informar previamente ao DEMLURB quando se tratar de caminhões em situação de garantia e manutenção gratuita pela montadora, substituindo de pronto os mesmos.

9.1.18. Providenciar para que os caminhões sejam pintados e/ou adesivados nas cores a serem definidas pelo DEMLURB, contendo as informações de que está a serviço do Órgão Contratante.

9.1.19. Manter nesta cidade, em local próprio ou alugado, um escritório para seu preposto com espaço suficiente para ser utilizado também como garagem, para pequenos reparos, guarda de veículos reservas, peças e que mais se fizerem necessários, para que sejam mantidas as qualidades e agilidade das soluções no caso de eventuais ocorrências de sinistros que impeçam o veículo de ser disponibilizado ao serviço.

9.1.20. Manter a documentação dos caminhões dentro das exigências estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito.

9.1.21. Disponibilizar os caminhões com APÓLICE DE SEGURO TOTAL (incêndio, furto e colisão), bem como contra terceiros, (cobertura física e material), responsabilizando-se a LICITANTE VENCEDORA pela franquia, inclusive contra terceiros, em caso de acidente(s), e pelas multas que eventualmente sejam aplicadas, desde que, em ambos os casos, os mesmos estiverem a serviço do DEMLURB e, comprovadamente, seu condutor tenha responsabilidade pelo fato ocorrido.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.1.22. Acompanhar junto ao DEMLURB a quilometragem dos caminhões, para fins de programação das revisões periódicas e manutenção das garantias.

9.1.23. Disponibilizar os caminhões devidamente instalados com Tacógrafos/horímetros, realizando a manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos, bem como a troca diária dos discos, sem ônus de qualquer natureza para o DEMLURB.

9.1.24. Responder por perdas e danos que vier a causar ao DEMLURB ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

9.1.25. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, contribuições e outros que porventura venham a incidir sobre o serviço contratado.

9.1.26. Responsabilizar-se pelos encargos e despesas com salários de empregados, acidentes de que possam vir a ser vítima, quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal por seus empregados.

9.1.27. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.

9.1.28. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar ao DEMLURB ou a terceiros, durante a execução do Contrato, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do DEMLURB, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da LICITANTE VENCEDORA;
- b) medida judicial apropriada, a critério do DEMLURB.

9.1.29. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

9.1.30. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93, no inciso XIII, do art.55, sob pena de retenção dos pagamentos, sem que venha a contratante a sofrer penalidades, até que a pendência seja sanada.

9.1.31. Apresentar nota fiscal/fatura, em 03 (três) vias, correspondente aos serviços executados, contendo os custos e eventuais descontos concedidos, acompanhada de Relatório Mensal de Execução dos Serviços.

9.1.32. Substituir, de imediato e às suas expensas, os serviços que não se adequarem às especificações do presente Termo de Referência.

9.1.33. Prestar ao DEMLURB toda e qualquer informação necessária à perfeita execução do Contrato.

9.1.34. A LICITANTE VENCEDORA deverá enviar o aviso de notificação de infração de trânsito, emitido pelos órgãos fiscalizadores em tempo hábil, para que o DEMLURB autue no processo de defesa e/ou ressarcimento do valor a LICITANTE VENCEDORA, caso haja improcedência do recurso administrativo.

9.1.35. Disponibilizar os caminhões equipados com GPS (*Global Positioning System*) para rastreamento via satélite em tempo real, disponibilizando seu acesso para que o DEMLURB possa efetuar o acompanhamento da frota locada, complementando a fiscalização.

9.1.35.1. O equipamento GPS (*Global Positioning System*) deverá apresentar as especificações mínimas:

Dados dos Dispositivos – Teclado a para a Entrada de Dados;

- a. Gravação de macros e memória Dataflash;



- b. Funções de execução de macros através de comando AT;
- c. Monitoramento de I/O's
- d. Configuração serial padrão – RS232;
- e. Teclado capacitivo (*CapSense*), não utiliza membranas plásticas ou carbono;
- f. Bip para identificação sonora;
- g. Stand-by, desliga backlight do display após algum tempo sem uso do teclado;
- h. Alimentação elétrica: 8Vdc a 35Vdc.

9.1.36. Disponibilizar os veículos com Sistema de Vigilância por Câmeras: os veículos deverão ser reequipados com sistemas de videomonitoramento a fim de fornecer uma solução completa de segurança móvel, de forma mais segura e eficiente, buscando otimizar o rastreamento dos veículos, possibilitando o alcance das informações referentes as localizações salvas juntamente com as imagens, tornando o gerenciamento da frota mais eficaz, trazendo benefícios como: aumento na produtividade e melhora comportamental dos funcionários, obtenção de dados importantes no caso de assaltos, acidente, depredação, má conservação do veículo, acompanhamento online dos percursos efetuados, entre outros.

9.1.36.1. O equipamento tipo DVR Veicular, deverá apresentar as especificações mínimas:

- a. Funções Gerais: Visualização e gravação de imagens em tempo real, rastreamento do veículo via GPS;
- b. Vídeo: Entrada 4 canais, Saída 2 canais, sistema de vídeo NTSC/ PAL;
- c. Áudio: Entrada 4 canais, Saída 2 canais;
- d. Rede: Ethernet Porta RJ-45 910/100; 3G HSPA/EVDO; Wi-fi 802.11 b/g/n;
- e. Armazenamento: HD/SSD Sata de 2.5” c/ tamanho de 1Tb;
- f. Interface: USB;
- g. Alimentação: Entrada Automática de 6V à 36V; Saída 12V@1A/5V@1A;
- h. Câmeras: Estrutura metálica anti-vandalismo e conexão de aviação rosqueável.

9.1.36.2. As câmeras deverão ser instaladas no interior da cabine do caminhão, conforme padrões definidos pelo DEMLURB.

9.1.37. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo de Referência, prévia e expressa autorização da autoridade gestora da despesa.

9.1.38. É absolutamente vedado à LICITANTE VENCEDORA a utilização de caminhões vinculados a este Contrato para a execução de serviços para terceiros. A utilização de quaisquer caminhões objeto do contrato, somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa do DEMLURB.

9.1.39. A LICITANTE VENCEDORA deverá permitir o pronto acesso da fiscalização do DEMLURB às suas instalações físicas e a todas e quaisquer fontes de informação referentes ao objeto do contrato, sempre que solicitado, e de forma imediata.

9.1.40. Responsabilizar-se pelo abastecimento de aditivo químico ARLA 32 nos veículos, se necessário.

9.1.41. Disponibilizar todos os caminhões dotados com dispositivo de “parametrização” da velocidade em 60km/h máximo.

9.1.42. Disponibilizar todos os caminhões com alarme sonoro de marcha a ré, do tipo automático, quando do retorno em ré do equipamento, possuindo dispositivo para desligamento durante a execução dos serviços em horário noturno, se for o caso.

9.1.43. Apresentar, quando os caminhões não forem de sua propriedade, o termo de compromisso de celebração de contrato “*leasing*”, contrato de aquisição entre a LICITANTE VENCEDORA e/ou o vendedor e/ou o cedente (partes envolvidas) ou Contrato de locação com terceiros, quando da assinatura do contrato com o DEMLURB, devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos, em que conste a declaração formal das partes, de que os caminhões estarão disponíveis e vinculados ao futuro Contrato, citando inclusive a quantidade de cada tipo de caminhão.



9.2. Obrigações do DEMLURB:

9.2.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste instrumento.

9.2.2. Designar servidor(es) autorizado(s) a emitir a ordem de início de serviço, fiscalizar o contrato e apresentar medição mensal, atestando as faturas apresentadas pela LICITANTE VENCEDORA.

9.2.3. Prestar à LICITANTE VENCEDORA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.

9.2.4. Remeter advertências à LICITANTE VENCEDORA, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória.

9.2.5. Aplicar à LICITANTE VENCEDORA penalidades, quando for o caso.

9.2.6. Notificar, por escrito, à LICITANTE VENCEDORA da aplicação de qualquer sanção.

9.2.7. Efetuar o pagamento da LICITANTE VENCEDORA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.

9.2.8. Fornecer combustível (óleo diesel S10) para a execução dos serviços.

9.2.9. Proceder “Vistoria Técnica” nos caminhões, antes do início da efetiva prestação dos serviços, lavrando ata e relatório, respectivamente, com o registro da situação encontrada.

9.2.10. Recusar a apresentação de qualquer caminhão, que não estiver em perfeitas condições quando da “Vistoria Técnica”.

9.2.11. Exigir a substituição de qualquer caminhão em operação que não esteja em perfeitas condições.

9.2.12. Solicitar por escrito as correções, reparos ou substituições que se fizerem necessárias para o bom andamento dos serviços.

9.2.13. Elaborar folhas de medição e planilhas eletrônicas de controle contendo a totalização dos dias trabalhados, por veículo, ocorridas no período.

9.2.14. Conduzir os caminhões durante a efetiva prestação dos serviços, através de motoristas do DEMLURB, devidamente habilitados e qualificados.

9.2.15. Responsabilizar-se pela guarda dos caminhões em funcionamento durante a execução do contrato.

9.2.16. Responsabilizar-se pela guarda dos caminhões locados (em funcionamento) nas dependências do Demlurb.

9.2.17. Efetuar a lavagem, higienização e lubrificação dos caminhões locados.

9.2.18. Intervir na execução do contrato, caso seja necessário, a fim de assegurar seu fiel cumprimento e na regularidade dos serviços prestados e das normas pertinentes.

9.2.19. Responsabilizar-se pela franquia, inclusive contra terceiros, em caso de acidente(s), bem como pelas multas que eventualmente sejam aplicadas, desde que, em ambos os casos, os caminhões estiverem a serviço do DEMLURB e, comprovadamente, seu condutor tenha responsabilidade pelo fato ocorrido.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

10.1. Observado o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 a fiscalização é realizada pelo DEMLURB.

10.1.1. A fiscalização sobre o cumprimento do objeto contratado será efetuada pelo Supervisor de Transportes da Administração do DEMLURB, sob a coordenação/gestão do Gerente de Gestão e Planejamento de Limpeza Pública, aplicando as penalidades previstas, quando não atendidas as respectivas disposições contratuais.

10.2. A comunicação entre o DEMLURB e a LICITANTE VENCEDORA deverá ocorrer sempre por meio escrito, exceto aquelas caracterizadas como de rotina. Na hipótese de a LICITANTE VENCEDORA se negar a passar recibo das comunicações a ela feita, serão essas consideradas entregues para todos os efeitos legais.

10.3. Constatada a regular prestação dos serviços que são objeto do presente contrato, cabe à Fiscalização do DEMLURB atestar a sua satisfatória execução.

10.4. A LICITANTE VENCEDORA ficará obrigada em permitir a fiscalização do DEMLURB ter acesso às anotações relativas aos veículos, fornecendo, quando solicitado, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

10.5. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da LICITANTE VENCEDORA no que concerne ao objeto contratado, à sua execução e às suas consequências perante o DEMLURB ou perante terceiros. A ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará em corresponsabilidade do DEMLURB ou de seus prepostos.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será mensal e efetuado pela Divisão de Recursos Financeiros, em até 30 (trinta) dias posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal/fatura junto à Divisão de Expediente do DEMLURB e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido pelo responsável pela fiscalização do Contrato. Será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

BANCO: AGÊNCIA: CONTA CORRENTE: LOCALIDADE:

11.1.1. Quando da ocorrência de algum sinistro, se o problema não for solucionado ou disponibilizado outro caminhão para prosseguimento dos serviços, o dia do veículo em questão será considerado improdutivo, não ocorrendo o pagamento do mesmo na medição.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada, após verificação da real necessidade e com vantagens para a Administração Pública na continuidade do mesmo e caso não ocorram no primeiro período de contrato, penalidades ou registros que demonstrem a incapacidade de atendimento, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

12.2. Poderá ocorrer o reajuste do valor contratual, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta de preços, com base no IPCA/IBGE, conforme disposições do art.2º, §2º, do Decreto Municipal nº 8.542 de 09 de Maio de 2005.

12.3. Será admitida a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do preço ajustado, com observância do disposto no art.65, II, “d” da Lei 8.666/93, ocasião em que a LICITANTE VENCEDORA deverá apresentar requerimento acompanhado de documentos comprobatórios da ocorrência de álea econômica extraordinária.



13. DAS PENALIDADES

13.1. Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:

a) advertência;

b) multa do valor contratado:

b.1) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor estimado do Contrato, por ocorrência;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

b.3) 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a LICITANTE VENCEDORA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o DEMLURB, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

13.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo DEMLURB. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela LICITANTE VENCEDORA, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

13.2.1. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do **item 13.1**, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata; da aplicação da pena definida da alínea “d” caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação do ato.

13.4. O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido à autoridade gestora da despesa, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.5. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, cujos motivos para a referida rescisão são os dispostos no art. 78 da Lei 8.666/93.

13.6. A autoridade gestora da despesa poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

a) por infração a qualquer de suas cláusulas;

b) pedido de concordata, falência ou dissolução da LICITANTE VENCEDORA;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- c) por subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação do contratado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato, e no que for permitido, sem prévia e expressa autorização do DEMLURB;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste Contrato;
- e) mais de 02 (duas) advertências.

13.7. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, por ato unilateral e escrito, caso seja causa de rescisão prevista no art.78 c/c com o art.79 da Lei de Licitações nº 8.666/93.

13.8. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência do DEMLURB, na pessoa da autoridade competente, gestora da despesa, nos termo do § 3º, do art.87, da Lei nº 8.666/93.

14. DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1. A LICITANTE VENCEDORA ficará obrigada a regularizar o serviço objeto deste instrumento que venha a ser recusado, por não atender as especificações contidas neste Termo de Referência, sem que isso acarrete qualquer ônus para o DEMLURB ou a releve das sanções previstas na legislação vigente.

Processo: **Ano:** **Diretoria:**

07911 **2021** **DEMLURB**

Item	Qtde	Código	Unidade	Especificação Detalhada	Vlr. Mensal	Estimado
1	12,00	298580014	Vr/Mês	Prestação de serviços de locação de caminhão trucado, com as seguintes especificações características mínimas: 4 eixos, máximo 5 anos de uso, potência mínima 270 cv, capacidade da caçamba 16 m³, peso bruto total legal de 29.000kg e peso bruto total técnico de 32.400kg, distância entre eixos direcionais 2.220mm, distância entre eixos traseiros 1.370mm. Sem motorista e sem combustível. (Inclusive manutenção)	50.869,380	610.432,5600

Obs.: Serão locados 3 caminhões, sendo o custo unitário por caminhão de R\$ 16.956,46 perfazendo o valor mensal de R\$ 50.869,38.

Total estimado do Processo: R\$ 610.432,56 (seiscentos e dez mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos)



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 180/2021 - DEMLURB

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM E A

(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)

O (a), neste ato representado por seu(ua), Sr(a), brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado, com a interveniência da de, neste ato representada por seu(ua)(a) Sr(a), brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº e Secretária, neste ato representada por seu Sr., brasileiro, inscrito no CPF nº, portador da CI nº, doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária estabelecida à rua nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 180/2021**, conforme consta do **processo administrativo próprio nº 7.911/2021**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento a **locação de 03 (três) caminhões trucados**, conforme especificações do edital e anexos do **Pregão Eletrônico nº 180/2021**, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. Especificação do objeto:

1.2.1. Caminhão Trucado com quatro eixos; máximo 5 (cinco) anos de uso; potência mínima 270 cv; capacidade da caçamba 16 m³; peso bruto total legal de 29.000kg e peso bruto total técnico de 32.400 kg; distância entre eixos direcionais 2.220 mm; distância entre eixos traseiros 1.370 mm.

1.2.2. A operação do caminhão será realizada diariamente em turno a ser definido, devendo ser garantido um desempenho estimado em 6.000 km/mês, conforme padrão de qualidade definido pelo DEMLURB.

1.2.3. Ser responsável por todas as despesas de transporte entre a empresa e o local de apresentação dos veículos, lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e pneus e demais elementos e insumos necessários à prestação do serviço.

1.2.4. Garantir que os veículos possuam seguros, inclusive contra terceiros, resgate de veículos avariados em via pública, nas quantidades, modelos e características definidas no contrato.

1.2.5. A Contratada, quando da ocorrência de algum sinistro, seja defeito mecânico, pneu furado ou outro qualquer que impossibilite a sua operação, deverá no prazo máximo de 02 (duas) horas, solucionar o problema ou disponibilizar outro caminhão para dar prosseguimento ao serviço que será executado.

1.2.6. Ficam excluídos da referida especificação o fornecimento de combustível, a lavagem e guarda do referido caminhão.



1.3. Sujeição às Normas Técnicas:

1.3.1. Os caminhões deverão atender aos limites padrão de controle ambiental quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância às normas específicas aplicáveis (municipais, estaduais e federais), sob pena de imediata substituição dos mesmos e sem prejuízo das penalidades pertinentes.

1.4. Integram ainda este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, constantes do Processo Licitatório Eletrônico nº 7911/2021 – Pregão Eletrônico nº 180/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O presente contrato tem o valor global previsto de R\$ (.....), conforme preço registrado e quantitativos do Demlurb, que é de pleno conhecimento das partes, sendo os valores unitários os seguintes:

2.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

2.3. O pagamento será mensal e efetuado pela Divisão de Recursos Financeiros, em até 30 (trinta) dias posteriores à data de apresentação da competente nota fiscal/fatura junto à Divisão de Expediente do DEMLURB e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido pelo responsável pela fiscalização do Contrato. Será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada, em que deverá ser efetivado o crédito:

BANCO: AGÊNCIA: CONTA CORRENTE: LOCALIDADE:

2.3.1. Quando da ocorrência de algum sinistro, se o problema não for solucionado ou disponibilizado outro caminhão para prosseguimento dos serviços, o dia do veículo em questão será considerado improdutivo, não ocorrendo o pagamento do mesmo na medição.

2.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

2.4.1. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 2.4. ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

2.4.2. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

2.4.3. Quando ocorrer a situação prevista no item 2.4.2, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

2.4.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

2.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.5.1. Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

2.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.7. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

2.8. No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

2.9. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.10. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

2.10.1. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

2.11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.11.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação nº 1.15.452.0005.22470000.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO

3.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada, após verificação da real necessidade e com vantagens para a Administração Pública na continuidade do mesmo e caso não ocorram no primeiro período de contrato, penalidades ou registros que demonstrem a incapacidade de atendimento, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

3.5. Poderá ocorrer o reajuste do valor contratual, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta de preços, com base no IPCA/IBGE, conforme disposições do art.2º, §2º, do Decreto Municipal nº 8.542 de 09 de Maio de 2005.

3.6. Será admitida a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do preço ajustado, com observância do disposto no art.65, II, “d” da Lei 8.666/93, ocasião em que a contratada deverá apresentar requerimento acompanhado de documentos comprobatórios da ocorrência de álea econômica extraordinária.



CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO RECEBIMENTO

4.1. O prazo para a apresentação dos veículos será de, no máximo, 20 (vinte) dias, a partir da assinatura do Contrato.

4.2. Os veículos deverão ser apresentados no seguinte endereço: Avenida Francisco Valadares, número 1.000 - Vila Ideal - CEP 36.020-420 - Tel.: (32) 3690-3501 / 3502, Juiz de Fora – MG, ou em outro local dentro do município de Juiz de Fora, a ser determinado pelo DEMLURB.

4.2.1. Os caminhões deverão ser mantidos à disposição do DEMLURB durante todo o período contratual em estrita observância aos padrões por ele especificados, com destaque para os seus aspectos operacionais, de segurança, ambientais e visuais.

4.3. Recebimento do objeto:

4.3.1. O DEMLURB atestará mediante vistoria realizada imediatamente a entrega do objeto, uma vez atestada que todos os requisitos estão de acordo com o objeto entregue juntamente com o documento fiscal correspondente e a prestação dos serviços nas condições exigidas, sucede a liberação dos pagamentos à contratada.

4.3.2. O recebimento definitivo do objeto, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

4.3.3. Os caminhões devem ser apresentados e mantidos à disposição do DEMLURB durante todo o período contratual em estrita observância aos padrões por ele especificados, com destaque para os seus aspectos operacionais, de segurança, ambientais e visuais.

4.4. A contratada ficará obrigada a regularizar o serviço objeto deste instrumento que venha a ser recusado, por não atender as especificações contidas no contrato, sem que isso acarrete qualquer ônus para o DEMLURB ou a releve das sanções previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Obrigações da Contratada:

5.1.1. Executar o objeto deste instrumento nas especificações exigidas pelo DEMLURB, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, no edital e contrato.

5.1.2. Fornecer os caminhões compatíveis com as necessidades do DEMLURB, conforme especificado neste contrato, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, após a assinatura do Contrato.

5.1.3. Apresentar obrigatoriamente, quando da “Vistoria Técnica”, o plano de manutenção e conservação dos caminhões a serem utilizados na execução do Contrato, inclusive procedimentos de socorro mecânico externo, plano de ação para imediata reposição de veículos paralisados na operação em função de defeito e planos de ações preventivas para evitar eventuais quebras.

5.1.4. Manter os caminhões em perfeitas condições de funcionamento, com os dispositivos, equipamentos de segurança e proteção exigidos pela legislação, garantindo o seu perfeito funcionamento, com a promoção dos reparos que se fizerem necessários à sua manutenção, sem interrupção da locação.

5.1.5. Priorizar a manutenção preventiva e corretiva dos caminhões, os quais deverão se apresentar em perfeito estado. A manutenção preventiva deve seguir rigorosamente o previsto nos manuais dos fabricantes, com obediência aos períodos para substituição de pneus desgastados, peças materiais e componentes de reposição, visando evitar ao máximo procedimentos de manutenção corretiva oriundos da extrapolação do prazo indicado para as revisões.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.1.6. Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, serviços de borracharia (substituição de pneus e/ou rodas com pneus, ocasionados por furos ou rasgos nos pneus dos caminhões), lubrificantes, material de consumo, reparos e reposição de peças e demais insumos necessários aos serviços, nas quantidades, modelos e características apropriados.

5.1.7. Revisar periodicamente, os itens de segurança dos caminhões, de forma que sejam garantidos a segurança dos motoristas, dos operadores e de terceiros.

5.1.8. Disponibilizar durante 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábado, domingo e feriados, se for o caso, atendimento para sinistros, serviços de guincho, borracharia e eventual substituição de caminhão.

5.1.9. Substituir às suas expensas o caminhão, por outro de semelhantes características, pintados e adesivados nas cores padronizadas do DEMLURB, em caso de sinistro, problemas mecânicos e/ou avarias que possam vir a ocorrer durante a execução do Contrato.

5.1.10. A Substituição a que se refere o subitem anterior deverá ser efetivada no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir do recebimento da comunicação expedida pela Diretoria Operacional do DEMLURB.

5.1.11. Disponibilizar também no prazo máximo de 02 (duas) horas, serviços de guincho para recolhimento do veículo acidentado ou com defeito mecânico.

5.1.12. Conservar o caminhão em perfeitas condições de funcionamento, sendo obrigatória à execução de nova pintura ou novo adesivo, quando for o caso, a critério do DEMLURB e no mesmo padrão, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data da solicitação.

5.1.13. Indicar funcionário capacitado para gerenciar os veículos locados, objetivando o acompanhamento da execução, em especial, as atividades de manutenção preventiva e corretiva, licenciamento e sinistros.

5.1.14. Comunicar imediatamente e por escrito todos os sinistros ocorridos, para o devido registro no Setor de Transporte do DEMLURB.

5.1.15. Comunicar ao Setor de Transporte do DEMLURB as revisões preventivas e corretivas, serviços de borracharia e outras necessidades à manutenção dos caminhões, que correrão integralmente por conta da contratada, para acompanhamento da execução do contrato.

5.1.16. Não substituir, nem fornecer os caminhões, por solicitação de terceiros, sem a prévia autorização do DEMLURB.

5.1.17. Informar previamente ao DEMLURB quando se tratar de caminhões em situação de garantia e manutenção gratuita pela montadora, substituindo de pronto os mesmos.

5.1.18. Providenciar para que os caminhões sejam pintados e/ou adesivados nas cores a serem definidas pelo DEMLURB, contendo as informações de que está a serviço do Órgão Contratante.

5.1.19. Manter nesta cidade, em local próprio ou alugado, um escritório para seu preposto com espaço suficiente para ser utilizado também como garagem, para pequenos reparos, guarda de veículos reservas, peças e que mais se fizerem necessários, para que sejam mantidas as qualidades e agilidade das soluções no caso de eventuais ocorrências de sinistros que impeçam o veículo de ser disponibilizado ao serviço.

5.1.20. Manter a documentação dos caminhões dentro das exigências estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito.

5.1.21. Disponibilizar os caminhões com APÓLICE DE SEGURO TOTAL (incêndio, furto e colisão), bem como contra terceiros, (cobertura física e material), responsabilizando-se a contratada pela franquia,



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

inclusive contra terceiros, em caso de acidente(s), e pelas multas que eventualmente sejam aplicadas, desde que, em ambos os casos, os mesmos estiverem a serviço do DEMLURB e, comprovadamente, seu condutor tenha responsabilidade pelo fato ocorrido.

5.1.22. Acompanhar junto ao DEMLURB a quilometragem dos caminhões, para fins de programação das revisões periódicas e manutenção das garantias.

5.1.23. Disponibilizar os caminhões devidamente instalados com Tacógrafos/horímetros, realizando a manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos, bem como a troca diária dos discos, sem ônus de qualquer natureza para o DEMLURB.

5.1.24. Responder por perdas e danos que vier a causar ao DEMLURB ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita.

5.1.25. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, contribuições e outros que porventura venham a incidir sobre o serviço contratado.

5.1.26. Responsabilizar-se pelos encargos e despesas com salários de empregados, acidentes de que possam vir a ser vítima, quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal por seus empregados.

5.1.27. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.

5.1.28. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar ao DEMLURB ou a terceiros, durante a execução do Contrato, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade do DEMLURB, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da contratada;
- b) medida judicial apropriada, a critério do DEMLURB.

5.1.29. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

5.1.30. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93, no inciso XIII, do art.55, sob pena de retenção dos pagamentos, sem que venha a contratante a sofrer penalidades, até que a pendência seja sanada.

5.1.31. Apresentar nota fiscal/fatura, em 03 (três) vias, correspondente aos serviços executados, contendo os custos e eventuais descontos concedidos, acompanhada de Relatório Mensal de Execução dos Serviços.

5.1.32. Substituir, de imediato e às suas expensas, os serviços que não se adequarem às especificações do presente contrato.

5.1.33. Prestar ao DEMLURB toda e qualquer informação necessária à perfeita execução do Contrato.

5.1.34. A contratada deverá enviar o aviso de notificação de infração de trânsito, emitido pelos órgãos fiscalizadores em tempo hábil, para que o DEMLURB autue no processo de defesa e/ou ressarcimento do valor a contratada, caso haja improcedência do recurso administrativo.

5.1.35. Disponibilizar os caminhões equipados com GPS (*Global Positioning System*) para rastreamento via satélite em tempo real, disponibilizando seu acesso para que o DEMLURB possa efetuar o acompanhamento da frota locada, complementando a fiscalização.



5.1.35.1. O equipamento GPS (*Global Positioning System*) deverá apresentar as especificações mínimas:

Dados dos Dispositivos – Teclado a para a Entrada de Dados;

- a. Gravação de macros e memória Dataflash;
- b. Funções de execução de macros através de comando AT;
- c. Monitoramento de I/O's
- d. Configuração serial padrão – RS232;
- e. Teclado capacitivo (*CapSense*), não utiliza membranas plásticas ou carbono;
- f. Bip para identificação sonora;
- g. Stand-by, desliga backlight do display após algum tempo sem uso do teclado;
- h. Alimentação elétrica: 8Vdc a 35Vdc.

5.1.36. Disponibilizar os veículos com Sistema de Vigilância por Câmeras: os veículos deverão ser reequipados com sistemas de videomonitoramento a fim de fornecer uma solução completa de segurança móvel, de forma mais segura e eficiente, buscando otimizar o rastreamento dos veículos, possibilitando o alcance das informações referentes as localizações salvas juntamente com as imagens, tornando o gerenciamento da frota mais eficaz, trazendo benefícios como: aumento na produtividade e melhora comportamental dos funcionários, obtenção de dados importantes no caso de assaltos, acidente, depredação, má conservação do veículo, acompanhamento online dos percursos efetuados, entre outros.

5.1.36.1. O equipamento tipo DVR Veicular, deverá apresentar as especificações mínimas:

- a. Funções Gerais: Visualização e gravação de imagens em tempo real, rastreamento do veículo via GPS;
- b. Vídeo: Entrada 4 canais, Saída 2 canais, sistema de vídeo NTSC/ PAL;
- c. Áudio: Entrada 4 canais, Saída 2 canais;
- d. Rede: Ethernet Porta RJ-45 910/100; 3G HSPA/EVDO; Wi-fi 802.11 b/g/n;
- e. Armazenamento: HD/SSD Sata de 2.5" c/ tamanho de 1Tb;
- f. Interface: USB;
- g. Alimentação: Entrada Automática de 6V à 36V; Saída 12V@1A/5V@1A;
- h. Câmeras: Estrutura metálica anti-vandalismo e conexão de aviação rosqueável.

5.1.36.2. As câmeras deverão ser instaladas no interior da cabine do caminhão, conforme padrões definidos pelo DEMLURB.

5.1.37. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, prévia e expressa autorização da autoridade gestora da despesa.

5.1.38. É absolutamente vedado à contratada a utilização de caminhões vinculados a este Contrato para a execução de serviços para terceiros. A utilização de quaisquer caminhões objeto do contrato, somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa do DEMLURB.

5.1.39. A contratada deverá permitir o pronto acesso da fiscalização do DEMLURB às suas instalações físicas e a todas e quaisquer fontes de informação referentes ao objeto do contrato, sempre que solicitado, e de forma imediata.

5.1.40. Responsabilizar-se pelo abastecimento de aditivo químico ARLA 32 nos veículos, se necessário.

5.1.41. Disponibilizar todos os caminhões dotados com dispositivo de “parametrização” da velocidade em 60km/h máximo.

5.1.42. Disponibilizar todos os caminhões com alarme sonoro de marcha a ré, do tipo automático, quando do retorno em ré do equipamento, possuindo dispositivo para desligamento durante a execução dos serviços em horário noturno, se for o caso.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.1.43. Apresentar, quando os caminhões não forem de sua propriedade, o termo de compromisso de celebração de contrato “*leasing*”, contrato de aquisição entre a contratada e/ou o vendedor e/ou o cedente (partes envolvidas) ou Contrato de locação com terceiros, quando da assinatura do contrato com o DEMLURB, devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos, em que conste a declaração formal das partes, de que os caminhões estarão disponíveis e vinculados ao futuro Contrato, citando inclusive a quantidade de cada tipo de caminhão.

5.1.44. Responsabilizar-se, integralmente, pela garantia contra defeitos e manutenção preventiva e/ou corretiva no objeto contratado, a contar da entrega definitiva, e a mesma deve dispor de um objeto reserva para uso provisório da contratante. As garantias visam resguardar a boa execução do contrato.

5.2. Obrigações do DEMLURB:

5.2.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste instrumento.

5.2.2. Designar servidor(es) autorizado(s) a emitir a ordem de início de serviço, fiscalizar o contrato e apresentar medição mensal, atestando as faturas apresentadas pela contratada.

5.2.3. Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.

5.2.4. Remeter advertências à contratada, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória.

5.2.5. Aplicar à contratada penalidades, quando for o caso.

5.2.6. Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

5.2.7. Efetuar o pagamento da contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.

5.2.8. Fornecer combustível (óleo diesel S10) para a execução dos serviços.

5.2.9. Proceder “Vistoria Técnica” nos caminhões, antes do início da efetiva prestação dos serviços, lavrando ata e relatório, respectivamente, com o registro da situação encontrada.

5.2.10. Recusar a apresentação de qualquer caminhão, que não estiver em perfeitas condições quando da “Vistoria Técnica”.

5.2.11. Exigir a substituição de qualquer caminhão em operação que não esteja em perfeitas condições.

5.2.12. Solicitar por escrito as correções, reparos ou substituições que se fizerem necessárias para o bom andamento dos serviços.

5.2.13. Elaborar folhas de medição e planilhas eletrônicas de controle contendo a totalização dos dias trabalhados, por veículo, ocorridas no período.

5.2.14. Conduzir os caminhões durante a efetiva prestação dos serviços, através de motoristas do DEMLURB, devidamente habilitados e qualificados.

5.2.15. Responsabilizar-se pela guarda dos caminhões em funcionamento durante a execução do contrato.

5.2.16. Responsabilizar-se pela guarda dos caminhões locados (em funcionamento) nas dependências do Demlurb.



5.2.17. Efetuar a lavagem, higienização e lubrificação dos caminhões locados.

5.2.18. Intervir na execução do contrato, caso seja necessário, a fim de assegurar seu fiel cumprimento e na regularidade dos serviços prestados e das normas pertinentes.

5.2.19. Responsabilizar-se pela franquia, inclusive contra terceiros, em caso de acidente(s), bem como pelas multas que eventualmente sejam aplicadas, desde que, em ambos os casos, os caminhões estiverem a serviço do DEMLURB e, comprovadamente, seu condutor tenha responsabilidade pelo fato ocorrido.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:

a) advertência;

b) multa do valor contratado:

b.1) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor estimado do Contrato, por ocorrência;

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

b.3) 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o DEMLURB, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

6.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo DEMLURB. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela contratada, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

6.2.1. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do **item 6.1**, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata; da aplicação da pena definida da alínea “d” caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação do ato.

6.4. O recurso ou o pedido de reconsideração será dirigido à autoridade gestora da despesa, que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.5. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, cujos motivos para a referida rescisão são os dispostos no art. 78 da Lei 8.666/93.

6.6. A autoridade gestora da despesa poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) pedido de concordata, falência ou dissolução da contratada;
- c) por subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação do contratado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato, e no que for permitido, sem prévia e expressa autorização do DEMLURB;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste Contrato;
- e) mais de 02 (duas) advertências.

6.7. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, por ato unilateral e escrito, caso seja causa de rescisão prevista no art.78 c/c com o art.79 da Lei de Licitações nº 8.666/93.

6.8. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência do DEMLURB, na pessoa da autoridade competente, gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art.87, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Observado o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 a fiscalização é realizada pelo DEMLURB.

7.1.1. A fiscalização sobre o cumprimento do objeto contratado será efetuada pelo Supervisor de Transportes da Administração do DEMLURB, sob a coordenação/gestão do Gerente de Gestão e Planejamento de Limpeza Pública, aplicando as penalidades previstas, quando não atendidas as respectivas disposições contratuais.

7.2. A comunicação entre o DEMLURB e a contratada deverá ocorrer sempre por meio escrito, exceto aquelas caracterizadas como de rotina. Na hipótese de a contratada se negar a passar recibo das comunicações a ela feita, serão essas consideradas entregues para todos os efeitos legais.

7.3. Constatada a regular prestação dos serviços que são objeto do presente contrato, cabe à Fiscalização do DEMLURB atestar a sua satisfatória execução.

7.4. A contratada ficará obrigada em permitir a fiscalização do DEMLURB ter acesso às anotações relativas aos veículos, fornecendo, quando solicitado, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

7.5. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne ao objeto contratado, à sua execução e às suas consequências perante o DEMLURB ou perante terceiros. A ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará em corresponsabilidade do DEMLURB ou de seus prepostos.

CLÁUSULA OITAVA - DA CESSÃO

8.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

8.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretense cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.2. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

CLÁUSULA NONA - DAS COMUNICAÇÕES

9.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, de de 20.....

**PREFEITO
GESTOR(ES) DA(S) UG(S)**

EMPRESA
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO n° 180/2021 - DEMLURB

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n°, por intermédio de seu representante Sr.(a), portador do Documento de Identidade n°, inscrito no CPF sob o n° DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar n° 123/2006 e Lei Municipal n° 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n°. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n° 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 180/2021 - DEMLURB

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 180/2021**, assim como tem pleno conhecimento
do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 180/2021 - DEMLURB

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 180/2021 - DEMLURB

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.